EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

Município de São José dos Ausentes/RS

Edital de Pregão Presencial nº 06/2019

Tipo de julgamento: Maior Oferta – Maior Valor Percentual

Edital de Pregão Presencial visando a contratação de empresa(s) para produção, organização e realização da Festa Municipal de São José dos Ausentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **10:00 horas, do dia 11 de março de 2019**, na Secretaria Municipal de Administração e Desporto, localizada na Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 011 de 07 de janeiro de 2019, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa(s) para produção, organização e realização da Festa do 27º Aniversário do Município e 3ª Festa do produtor Rural e da Batata, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, do Decreto Municipal n.º 1398 de 19 de setembro de 2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1.DO OBJETO:

1.1 – Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa(s) para produção, organização e realização da Festa do Aniversário do Município que será realizada nos dias 14 a 17 de março de 2019, destinada à locação de estandes, pirâmides e tabladros conforme especificações técnicas e condições constantes neste edital e seus anexos- especialmente o Anexo I – Termo de Referência, o qual é parte integrantes do presente Edital de licitação.

2. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

2.1. A entrega de toda a estrutura licitada deverá ser feita, impreterivelmente, até o dia 13 de março de 2019, momento em que será vistoriado pelo Município acerca do cumprimento de todas as exigências contratuais.

2.2. As estruturas devem ser entregues prontas para o uso, com o local limpo, sendo que o PPCI será de responsabilidade do Município de São José dos Ausentes.

2.3. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com todas as especificações técnicas contidas neste edital e nos seus anexos – especialmente o Anexo I – Termo de Referência.

2.4. Findo o evento, a licitante vencedora deverá devolver o espaço utilizado, devidamente limpo, higienizado e desinstalado da forma como recebido, em perfeito estado de conservação e uso, no prazo de 3 (três) dias consecutivos.

2.5. O licitante vencedor será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, objeto do presente Edital, incluindo o pagamento do ECAD do evento, as despesas com a equipe técnica, equipe de apoio, despesas com deslocamentos, hospedagens, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da prestação dos serviços, isentando integralmente o Município.

2.6. Durante todo o evento deverá ter sempre à disposição um técnico responsável pela prestação dos serviços contratados, bem como um responsável pela manutenção das estruturas.

2.7. O risco do negócio é de responsabilidade total e exclusiva da licitante vencedora.

2.8. O Município não se responsabilizará por qualquer débito assumido com terceiros estranhos ao processo licitatório e pelos usuários da atividade comercial.

2.9. A licitante poderá providenciar as adequações do local, mediante inclusão de equipamentos e/ou mobiliário que entender necessário para a perfeita execução do objeto, desde que aprovada prévia e expressamente pelo Município.

2.10. É de responsabilidade da licitante a segurança de suas mercadorias, equipamentos e mobiliários.

2.11. O uso do espaço para o evento destina-se exclusivamente ao período do 27º Aniversário de São José dos Ausentes, Festa do Padroeiro e 3ª Festa da Batata.

2.12. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados, à CONTRATADA, sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de valor em percentual sobre o lucro apurado na comercialização dos estandes e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

4.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

4.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, fora

dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

4.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão presencial, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

6. PROPOSTA DE PREÇO:

6.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas seqüencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa dos serviços ofertados contendo as características do objeto licitado, bem como marca, modelo, referências e demais dados técnicos;

c) valor percentual líquido sobre o lucro obtido através da comercialização de estandes, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos,

impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no percentual até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor percentual mais alto e as das ofertas com valores percentuais até 10% (dez por cento) inferiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

7.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os percentuais oferecidos em suas propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores percentuais distintos e crescentes, a partir da autora da proposta classificada em último lugar dentre as classificadas para lances, até a proclamação da vencedora.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem percentuais iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 01 (um) minuto para apresentar nova proposta.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 14 deste edital.

7.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último percentual apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de maior oferta, ou seja, maior valor percentual,

podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido valor percentual melhor (maior).

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com a maior oferta, ou o maior valor percentual apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de maior valor percentual, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem decrescente de valores percentuais propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o maior valor percentual, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o mercado.

7.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos dos itens que constituem objeto da licitação.

d) contiverem opções de valores alternativos ou que apresentarem valores percentuais manifestamente inexeqüíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas.

7.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam inferiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de maior percentual.

7.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor percentual será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, superior àquela considerada, até então, de maior valor percentual, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, maior à de maior valor percentual, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

7.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências dos itens objeto deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de maior valor percentual.

7.18. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7.19. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município.

7.20. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8. DA HABILITAÇÃO:

8.1. Para fins de habilitação neste pregão presencial, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

8.1.1. DECLARAÇÕES

a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02 (modelo Anexo II);

b) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista (modelo Anexo III).

8.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e regularidade junto a Previdência Social do Brasil (Certidão Conjunta Negativa / Certidão de Regularidade Fiscal RFB/PGFN);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica profissional em nome do responsável técnico da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou

privado, de que executou, satisfatoriamente, serviços de complexidade semelhante ao objeto desta licitação;

b) Atestado de vistoria do local onde será realizado o evento, o qual será fornecido pelo Município aos licitantes que, de fato, estiveram no local e tomaram conhecimento das condições e informações necessárias para a execução do contrato;

b.1 A vistoria deve ser feita pelo representante legal da licitante, até no máximo o dia 11 de março de 2019, e deve ser agendada com a Secretaria Municipal de Turismo no telefone 54.3234.1006.

8.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

8.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender aos itens, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

8.3.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3.2 Ocorrendo a situação prevista no item 8.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

8.3.3 O benefício de que trata o item 8.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.3.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 9.2, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital.

8.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

9. DA ADJUDICAÇÃO:

9.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o maior valor percentual será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido um valor percentual melhor (maior).

9.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão presencial, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

10.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias

corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

10.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

11. DOS PRAZOS:

11.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 01 (um) dia, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3 O prazo de prestação de serviços está estabelecido no item 2 deste Edital.

12. DO RECEBIMENTO:

12.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com o disposto no item 2 deste Edital.

13. DO REPASSE AO MUNICÍPIO

13.1 O repasse do valor apurado do cálculo da multiplicação do percentual sobre o lucro da comercialização dos estandes ao Município será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis da execução dos serviços, mediante a apresentação de documento de prestação de contas contendo as receitas e despesas das comercializações da licitante vencedora e com o aceite da Secretaria Municipal de Turismo.

14. DAS PENALIDADES:

14.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

14.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

14.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao

Município de São José dos Ausentes, setor de Licitações, sito na Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, ou pelos telefone/fax (54) 32341100 no horário compreendido entre as 08:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão presencial encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.

15.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

15.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

15.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

15.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

15.10. Integram este Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art 7º da CF;

ANEXO III - Modelo de Declaração de que não possui em seu quadro societário

servidor público da ativa;

ANEXO IV – Declaração que cumpre os requisitos do edital;

ANEXO V – Modelo de Credenciamento;

ANEXO VI – Modelo da Proposta de Preço;

ANEXO VII – Modelo da Minuta do Contrato

São José dos Ausentes, 25 de fevereiro de 2019.

Ernesto Valim Boeira
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR PERCENTUAL
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019

1 – OBJETO

A presente licitação tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para administração, visando a contratação de empresa para produção, organização e realização da Festa do 27º Aniversário do Município e 3ª Festa do Produtor Rural e da Batata que será realizada nos dias 14 a 17 de março de 2019, destinada à locação de estandes, pirâmides e tablado.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

2.1. PIRÂMIDES PARA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO:

PIRÂMIDES 10 X 10 metros: 04 unidades, estilo chapéu de bruxa com cobertura de lona branca anti-chamas, calhas metálicas para escoamento da chuva, pé direito de 3,5m de altura, aterramento, fechamentos laterais em lona branca anti-chama, ART e laudos técnicos.

2.2. PIRÂMIDES PARA A FEIRA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, ARTESANATO AGRO INDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR:

PIRÂMIDES 10 X 10 metros: (04) unidades, estilo chapéu de bruxa com cobertura de lona branca anti-chamas, calhas metálicas para escoamento da chuva, pé direito de 3,5m de altura, aterramento, fechamentos laterais em lona branca anti-chama, ART e laudos técnicos.

2.3. ESTANDES:

Instalação, montagem e desmontagem de 30 (trinta) à 60 (sessenta) estandes (conforme mapa anexo, ou seja, conforme for a demanda), medindo 6m² cada um, a serem instalados na área interna das pirâmides. Com as seguintes especificações: com carpete, fedemac, paredes com painéis TS dupla face branco com 4mm de espessura, emoldurados por perfis octogonais, travessas em cor natural leitosa de alumínio uma lâmpada de 100w ou equivalente e uma tomada monofásica, testeira na parte frontal do estande, com aplicação de vinil adesivo, com laudo técnico e ART. Os estandes devem ter fechamentos.

2.3.1. Estandes para uso Institucional:

A empresa vencedora deverá disponibilizar 5 (cinco) estandes para artesanato e agricultura familiar, 2 (dois) estandes para a prefeitura ambos sem custo, ou seja, (gratuitos), dentre os estandes instalados.

2.3.2. Estandes para comercialização:

Os Estandes deverão ser comercializados pela empresa vencedora que deverá dar preferência as empresas com CNPJ estabelecido em São José dos Ausentes cobrando somente o valor de custo da montagem, fixado em R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) para os estandes da feira da indústria, comércio, serviços, artesanato agro indústria, e, para estandes da praça de alimentação, este valor deve ser comercializado no comércio local por 50% do valor comercializado pela vencedora aos demais expositores.

Desta forma a empresa vencedora deverá passar em todo o comércio local e colher assinatura de todos sem exceção, colocando-os ciente dos detalhes e oferecendo com total preferência os espaços de comércio na praça de alimentação e na feira da indústria, comércio, serviços, artesanato agro indústria, no caso da praça de alimentação.

3. TABLADO:

Medida 450m² de tablado tipo deck ou planchado marítimo.

4. EXCLUSIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ESTANDES, VENDA DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO:

A licitante vencedora terá a exclusividade na comercialização dos estandes, na venda de bebidas e alimentação na praça de alimentação.

Qualquer outro tipo de comércio, deverá obter autorização prévia do Município, por escrito.

5. PERCENTUAL MÍNIMO E A APURAÇÃO DO LUCRO:

O percentual mínimo a ser ofertado pelas licitantes é de 3%.

Para a apuração do Lucro a licitante vencedora deverá apresentar planilhas com a prestação de contas contendo: os valores referente aos estandes comercializados, contendo as receitas e despesas referente a referida comercialização, evidenciando o Lucro apurado desta comercialização. O valor resultante da multiplicação do percentual ofertado pelo valor do Lucro apurado será destinado ao Fundo Municipal do

Turismo e deverá ser depositado no Banco do Brasil agência 4426-1 conta: 7.310-5 através de guia própria.

6. TIPO DE JULGAMENTO: MELHOR LANCE (Maior Oferta de valor percentual)

Este percentual será aplicado sobre o valor do Lucro Obtido/ Apurado da comercialização dos estandes, o resultado desta multiplicação será o valor a ser repassado ao Município.

7 – RESSARCIMENTO/PAGAMENTO AO MUNICÍPIO:

7.1. O ressarcimento/pagamento ao Município será efetuado em até 05 (cinco) dias da realização dos serviços mediante apuração do lucro sobre a prestação de serviços de comercialização de estandes com vistoria e fiscalização da Secretaria Municipal de Turismo e mediante a emissão de documento formal de prestação de contas com os detalhamentos das receitas, despesas e lucro apurado.

7.2. O risco do negócio é de responsabilidade total e exclusiva da licitante vencedora.

São José dos Ausentes, 25 de fevereiro de 2019.

Ernesto Valim Boeira
PREFEITO MUNICIPAL

**ANEXO II – MODELO DE DECLARTAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO
XXXIII DO ART 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

EDITAL DE PREGÃO Nº 06/2019

A Empresa _____, CNPJ: _____, com sede à _____, através de seu representante legal _____ declara para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº 06/2019, instaurado por esse órgão público, em cumprimento ao inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal

**ANEXO III – Modelo de declaração que não possui
servidor público em seu quadro societário.**

(Nome da Empresa), CNPJ nº _____, sediada na _____ (endereço), _____ (cidade/estado), declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

_____, _____ de _____ de 2019.

Nome do Declarante

**ANEXO IV- Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de
Habilitação e de não ter sido declarado inidôneo**

(Nome da Empresa), CNPJ nº _____, sediada na _____ (endereço), _____ (cidade/estado), declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital, Pregão Presencial nº 06/2019, e de que não foi declarado inidôneo para licitar com o poder público em qualquer esfera, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2019.

Nome do Declarante

ANEXO V – Modelo de Credenciamento

_____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador da cédula de identidade RG _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade RG _____, e inscrito no CPF nº _____ com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Bom Jesus, no Pregão Presencial nº 06/2019, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, _____ de _____ de 2019.

Outorgante

Outorgado

**ANEXO VI – MODELO DA PROPOSTA DE VALOR PERCENTUAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019**

A:
Prefeitura de Municipal de São José dos Ausentes/RS
A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,
A empresa _____, com sede na Rua/Av. _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do Pregão Presencial nº06/2019, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

PERCENTUAL SOBRE O LUCRO APURADO : _____% A SER REPASSADO PARA O MUNICÍPIO EM ATÉ 5(CINCO) DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DO EVENTO.

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
- Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Local, Data: ___/___/___

Assinatura do Representante Legal

Carimbo do CNPJ

ANEXO VII – MODELO DA MINUTA DO CONTRATO

**MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019
CONTRATO Nº**

INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES E A EMPRESA

I - CONTRATANTES: “MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, inscrita no CGC/MF sob o n.º 92.868.850/0001-24 doravante denominada CONTRATANTE/ e a empresa, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Rua....., inscrita no CNPJ/MF nº e Inscrição Estadual nº”.

II - REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Prefeito Municipal, Sr. Ernesto Valim Boeira, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 8094666115 e do CPF sob o nº 008.159.230-23, residente e domiciliado nesta cidade de São José dos Ausentes, a CONTRATADA Senhor, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de....., a Rua.

III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é gerado pelo Pregão Presencial nº 06/2019, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei 8.666/93, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a contratação de empresa para a organização e realização da Festa do 27º Aniversário do Município e 3ª Festa do Produtor Rural e da Batata a ser realizada de 14 a 17 de março de 2019, destinado à locação de estandes, pirâmides e tabladros conforme especificações técnicas e condições constantes no Edital e seus anexos, o presente contrato e a proposta do Contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

2.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATADA:

- I Entregar com pontualidade os serviços e produtos ofertados.
- II Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- III Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente licitação.
- IV Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

2.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATANTE

- I Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- II Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.
- III Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- IV Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLAUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A entrega de toda a estrutura licitada deverá ser feita, impreterivelmente, até o dia 13 de março de 2019, momento em que será vistoriado pelo Município acerca do cumprimento de todas as exigências contratuais.

3.2. As estruturas devem ser entregues prontas para o uso, com o local limpo, sendo que o PPCI será de responsabilidade do Município de São José dos Ausentes.

3.3. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com todas as especificações técnicas contidas neste edital e nos seus anexos – especialmente o Anexo I – Termo de Referência.

3.4. Findo o evento, a CONTRATADA deverá devolver o espaço utilizado, devidamente limpo, higienizado e desinstalado da forma como recebido, em perfeito estado de conservação e uso, no prazo de 3 (três) dias consecutivos.

3.5. A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos

seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, objeto do presente Edital, incluindo o pagamento do ECAD do evento, as despesas com a equipe técnica, equipe de apoio, despesas com deslocamentos, hospedagens, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da prestação dos serviços, isentando integralmente o Município.

3.6. Durante todo o evento deverá ter sempre à disposição um técnico responsável pela prestação dos serviços contratados, bem como um responsável pela manutenção das estruturas.

3.7. O risco do negócio é de responsabilidade total e exclusiva da CONTRATADA.

3.8. O Município não se responsabilizará por qualquer débito assumido com terceiros estranhos ao processo licitatório e pelos usuários da atividade comercial.

3.9. A CONTRATADA poderá providenciar as adequações do local, mediante inclusão de equipamentos e/ou mobiliário que entender necessário para a perfeita execução do objeto, desde que aprovada prévia e expressamente pelo Município.

3.10. É de responsabilidade da CONTRATADA a segurança de suas mercadorias, equipamentos e mobiliários.

3.11. O uso do espaço para o evento destina-se exclusivamente ao período da Festa do 27º Aniversário de São José dos Ausentes e 3ª Festa do Produtor Rural e da Batata.

3.12. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados, à CONTRATADA, sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

3.13 – A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a realização dos serviços, prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR PERCENTUAL E CONDIÇÕES DE REPASSE AO MUNICÍPIO:

4.1. O valor PERCENTUAL de _____ % sobre o Lucro apurado na Festa será repassado ao Município através de guia própria para depósito no Banco do Brasil agência 4426-1 Conta 7.310-5 destinado ao Fundo Municipal do Turismo.

4.2. O ressarcimento ao Município será efetuado em até 05 (cinco) dias da realização da Festa e da prestação de serviços, mediante vistoria e fiscalização da Secretaria Municipal de Turismo.

4.3. A apuração do lucro deverá ser realizada mediante apresentação de documento formal contendo a prestação de contas evidenciando as receitas e despesas referente a comercialização dos estandes pela CONTRATADA com vistas e aceite da Secretaria Municipal do Turismo.

CLÁUSULA QUINTA – EXCLUSIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA terá a exclusividade de comercialização dos estandes na área de comércio, indústria e serviços e dos estandes da praça de alimentação bem como a exclusividade de comercialização de alimentos e bebidas na Praça de Alimentação.

5.2. Os Estandes deverão ser comercializados pela CONTRATADA que deverá dar preferência as empresas com CNPJ estabelecido em São José dos Ausentes cobrando somente o valor de custo da montagem, fixado em R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) para os estandes da feira da indústria, comércio, serviços, artesanato agro indústria, e, para estandes da praça de alimentação, este valor deve ser comercializado no comércio local por 50% do valor comercializado pela vencedora aos demais expositores.

5.3. A CONTRATADA deverá passar em todo o comércio local e colher assinatura de todos sem exceção, colocando-os ciente dos detalhes e oferecendo com total preferência os espaços de comércio na praça de alimentação e na feira da indústria, comércio, serviços, artesanato agro indústria, no caso da praça de alimentação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1. O prazo de execução do contrato será de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. O valor do percentual sobre o lucro é fixo e não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

8.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I - advertência;

II - multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato,

III - suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

8.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, para dirimir questões oriundas deste Contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lida e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

SÃO JOSÉ DOS AUSENTES-RS,... de... de 2019.

Ernesto Valim Boeira
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

.....
CPF.
Contratado

Testemunhas: